

SAMORA MACHEL

**Acordo de NKOMATI:
Vitória da Paz
Vitória do Socialismo**

26

coleção

"PALAVRAS de ORDEM"

EDIÇÃO DO PARTIDO FRELIMO

SAMORA MACHEL

**Acordo de NKOMATI:
Vitória da Paz
Vitória do Socialismo**

26

coleção

"PALAVRAS de ORDEM

EDIÇÃO DO PARTIDO FRELIMO

INTRODUÇÃO

O discurso agora editado foi proferido no dia 5 de Abril de 1984, na Sala do IV Congresso, em Maputo, durante uma sessão solene promovida pela Comissão Permanente da Assembleia Popular em homenagem ao Presidente do Partido Frelimo e Presidente da República Popular de Moçambique, Camarada Samora Moisés Machel, pela forma como dirigiu o processo conducente ao Acordo de Não-Agressão e Boa Vizinhança com a África do Sul.

Nesta intervenção, o Camarada Presidente faz uma brilhante análise de todo esse processo, mostrando como a assinatura do Acordo de Nkomati constituiu uma grande vitória da política socialista de paz que foi sempre a da FRELIMO, desde o tempo da Luta Armada de Libertação Nacional.

O Camarada Presidente demonstra, com toda a clareza, que o Acordo foi um resultado directo dos grandes sucessos alcançados pelo nosso país, tanto no terreno militar, frente aos bandidos armados, como no plano diplomático — sucessos que fizeram fracassar a estratégia de desestabilização através da qual o regime sul-africano esperava

derrubar o Governo popular moçambicano ou mesmo destruir o nosso Estado.

Com a assinatura do Acordo — conforme salientou, no seu discurso, o Presidente Samora Machel — abre-se pela primeira vez uma perspectiva de paz na Africa Austral, uma perspectiva de coexistência pacífica entre os Estados da região, possível e desejável apesar das diferenças, em alguns casos antagónicas, existentes entre os respectivos sistemas políticos. Para o nosso país, o Acordo representa a possibilidade de, uma vez liquidados os bandidos armados, dedicarmos todos os nossos esforços, recursos e capacidades, à tarefa de desenvolver a nossa economia e construir a prosperidade e o bem-estar.

O discurso presidencial de 5 de Abril deve tornar-se um instrumento de luta, na realização das tarefas definidas pelo nosso Partido como prioritárias para a fase actual: a liquidação completa dos bandidos armados e o combate para acabarmos com a fome, a nudez, a ignorância e o analfabetismo.

Camaradas membros do Bureau Político
do Comité Central do Partido Frelimo,
Senhores membros da Comissão Permanente
da Assembleia Popular,
Senhores membros do Conselho de Ministros
da RPM,
Senhores membros do Corpo Diplomático,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

O acto solene que estamos a viver traduz a dimensão que o Estado moçambicano quis dar ao Acordo de Não-Agressão e Boa Vizinhança com a República da África do Sul.

E é com grande emoção e profundo sentimento de responsabilidade que, nesta hora de exaltação da nossa unidade e do nosso patriotismo assumimos a decisão da Comissão Permanente da Assembleia Popular de, em nós, saudar todo o heróico Povo moçambicano. Muito obrigado.

Com a realização deste acto político, o Estado moçambicano reafirma, no exercício da sua plena soberania, com maturidade e de forma solene, o compromisso assumido de aplicar e zelar pelo rigoroso cumprimento do Acordo de Nkomati, assinado em 16 de Março de 1984.

O Povo moçambicano, do Rovuma ao Maputo,

festejou neste Acordo, mais uma vitória da nossa política socialista de paz.

1. VINTE ANOS DE GUERRA PARA ESTABELECEER A PAZ

Nkomati encerra mais um capítulo de guerra de agressão contra a nossa independência e contra a nossa revolução

Nkomati marcou o insucesso e a inviabilidade da estratégia regional alimentada pelo imperialismo e que visava a destruição dos Estados independentes e progressistas na África Austral.

A guerra é a forma extrema de luta política. Mas a política não se reduz à guerra. A guerra desencadeia-se para atingir determinados objectivos políticos que não foi possível atingir por meios pacíficos.

Só devido à intransigência do colonialismo português em solucionar pacificamente, de uma forma negociada, a questão da nossa independência nacional, o Povo moçambicano foi obrigado a recorrer à guerra.

Desencadeámos em 25 de Setembro de 1964 a Luta Armada de Libertação Nacional para atingirmos objectivos políticos claros: quais: a independência nacional, o direito de vivermos em liberdade, em democracia, em paz.

A nossa luta desenrolava-se em várias frentes: política, diplomática e militar. Dado o carácter insolúvel da contradição que nos opunha à ocupação estrangeira, a luta armada tornou-se a forma principal do nosso processo de libertação nacional.

A luta armada não foi desencadeada como elemento de pressão política.

Porque a luta armada se tornou a forma principal do processo, ela envolveu o povo inteiro. Deixou de haver o diplomata, o político e o militar. Todos eram o povo em armas.

Esta essência profundamente popular do nosso combate libertador fez da luta um acto cultural, em que o povo aprendeu a exercer o seu poder e a lançar os fundamentos do seu Estado.

É esta essência profundamente popular que transforma a guerra popular em guerra popular revolucionária, que abala os alicerces da exploração capitalista e do feudalismo.

Assim, no decurso da Luta Armada de Libertação Nacional aprendemos a assumir a Revolução e o Socialismo como emanação da experiência revolucionária do nosso povo, emanação do nosso próprio combate quotidiano.

Foi no decurso da luta armada que aprendemos a amar a paz como um valor superior do homem, como uma condição fundamental para o exercício pleno da soberania e da liberdade. Na definição correcta do inimigo e dos objectivos da nossa luta, aprendemos que à violência reaccionária é preciso opor a violência. Mas a nossa violência, para ser vitoriosa, tinha que ter um conteúdo claro e correcto, correspondente aos anseios mais profundos do povo, tinha que ser violência revolucionária. Os alvos eram o exército de ocupação, os agentes activos do colonialismo e do fascismo.

Quando definimos desta forma o inimigo, quando aplicámos a nossa política de clemência, quando os nossos soldados davam sangue aos soldados do exército colonial feridos e feitos prisioneiros, quando concebemos a libertação não em termos de tribo, de região ou de raça, mas sim em termos de Nação, estávamos, em plena guerra popular, a aplicar princípios socialistas da nossa política de paz.

Nas zonas libertadas, no exercício do poder popular, produzido pela nossa guerra justa, combatemos intransigentemente os novos exploradores que procuravam lançar a semente da divisão, vingança, rancor, lançar a intranquilidade social no nosso seio. Assim preservámos os objectivos claros da nossa luta, os fundamentos da igualdade e demo-

cracia da sociedade pacífica e livre pela qual aceitámos sacrifícios e até a morte.

Quando em 25 de Abril de 1974 caiu o fascismo português, não caiu com ele automaticamente o colonialismo que nos oprimia. Saudámos então a coragem dos capitães de Abril, mas recusámos sacrificar os interesses do nosso povo. O objectivo pelo qual lutávamos não estava ainda atingido.

Todavia, estavam abertas imediatamente as possibilidades do diálogo. Na medida em que o diálogo se desenvolveu na perspectiva dos objectivos fundamentais da nossa luta, foi possível concluir o Acordo de Paz em Lusaka, em 7 de Setembro de 1974. Todas as guerras acabam em negociações para o estabelecimento da paz. O Acordo de Lusaka foi possível quando foram aceites condições que sempre constituíram o fundamento da nossa luta:

1. o reconhecimento do direito do Povo moçambicano à autodeterminação e independência nacional;
2. o reconhecimento da FRELIMO como único e legítimo representante do Povo moçambicano inteiro;
3. o reconhecimento do princípio da transferência para a FRELIMO de todos os poderes que a Administração colonial ainda detinha.

Foram a nossa convicção na paz alcançada e a nossa determinação em consolidá-la, que frustraram as violações do Acordo de Lusaka no dia da sua assinatura e mais tarde no dia 21 de Outubro.

A proclamação da nossa independência eliminou definitivamente o colonialismo como factor perturbador da paz.

Mas a natureza popular do nosso Estado, o carácter socialista da nossa revolução e o prestígio da nossa vitória militar sobre um exército europeu, faziam de Moçambique uma ameaça aos desígnios do imperialismo.

Já durante a Luta Armada de Libertação Nacional, tínhamos aprendido que à nossa liberdade total não se opunha só o colonialismo português.

Com efeito, desde 1964 em Cabo Delgado e Niassa, nos habituámos a confrontar directamente com tropas sul-africanas que participavam em acções conjuntas operacionais e repressivas com o exército colonial.

Em 1973, na frente de Tete, vimo-nos confrontados com forças regulares rodesianas, que actuavam contra o nosso povo, ao lado do exército colonial e com o reforço de unidades sul-africanas.

Desta nossa experiência, fomos tomando consciência de que o colonialismo português não era senão a força principal de um muito mais vasto projecto imperialista de agressão contra a nossa Pátria.

O regime ilegal rodesiano, que lutara ao lado do exército colonial contra o Povo moçambicano, assume, após a independência, o papel de instrumento principal da agressão e desestabilização do nosso País.

A guerra que a Rodésia ilegal nos impôs visava, já então, a destruição do nosso Estado independente e soberano.

No respeito dos princípios socialistas de paz, o Governo moçambicano patrocinou e participou activamente na luta que levou à libertação dos líderes do Zimbabwe e na busca de solução pacífica em Victoria Falls, em Agosto de 1975. Apesar do incremento da agressão rodesiana, participámos em todas as iniciativas de paz, em busca de uma solução negociada para a independência do Zimbabwe. Estivemos na reunião de Genebra em 1976, estivemos em Malta em 1978, participámos em todas as iniciativas promovidas pelas Nações Unidas e pela OUA, apoiámos as propostas Anglo-Americanas. Cumprimos as determinações da Comunidade Internacional em 3 de Março de 1976, aplicando integralmente as sanções decretadas em 1975, contra a Rodésia rebelde.

Estávamos conscientes dos elevadíssimos custos humanos, económicos, sociais e políticos desta decisão. Estávamos nos primeiros meses da nossa independência, ainda em luta acesa contra as sequelas do colonialismo, sem quadros, sem experiência, sem termos consolidado as estruturas do nosso poder popular.

Mas fizêmo-lo conscientes de que esta decisão ia acelerar a libertação do povo irmão do Zimbabwe, poupar a destruição de vidas e bens, apressar a extinção de um foco de instabilidade na região, que era o regime ilegal de Smith.

Quando o inimigo instalou a guerra dentro do nosso território, o Povo moçambicano compreendeu que a única forma de conquistar a Paz era levar o combate à retaguarda do inimigo, ir extinguir o foco da guerra.

O nosso Estado foi activo no processo que levou às conversações de Paz em Lancaster House. O Acordo assinado em Londres eliminou irreversivelmente o regime ilegal de Smith como factor perturbador da Paz na nossa zona.

Lancaster House foi um momento único na história do Povo do Zimbabwe. Para nós, esse acordo encerra mais um capítulo de confrontação e guerra, representa a extinção de uma força belicista que desde sempre, ao lado do colonialismo, se tinha oposto à independência dos povos.

O Acordo de Lancaster House foi, como tinha sido o Acordo de Lusaka, uma vitória da Paz para os povos da região e para os povos africanos.

Mas ele não marcou o fim do plano de destruição do nosso Estado. O esforço de guerra que fomos obrigados a suportar marcou negativamente o processo de desenvolvimento do nosso País e comprometeu a realização de planos económicos e sociais indispensáveis para a reconversão da economia colonial. A guerra que nos foi feita através da Rodésia destruiu as nossas infra-estruturas, consumiu os nossos recursos financeiros, absorveu esforços

gigantescos de organização e de formação de quadros que estávamos realizando. O imperialismo, perante a passividade da Comunidade Internacional, virou contra nós as sanções económicas que tínhamos aplicado contra o regime ilegal rodesiano em cumprimento das decisões das Nações Unidas. Os prejuízos directos calculados pelas Nações Unidas foram então de 510 milhões de dólares americanos. Foram destruídas infra-estruturas económicas e sociais no valor de cerca de 47 milhões de dólares americanos. Quarenta mil trabalhadores moçambicanos ferro-portuários ficaram sem emprego, afectando mais de cem mil pessoas.

Durante esse período, a África do Sul reduziu drasticamente as relações económicas com Moçambique, que constituíam, então, as principais fontes de divisas da economia colonial que tínhamos herdado. Com efeito, a África do Sul limitou o fluxo de mão-de-obra moçambicana e rompeu unilateralmente o acordo sobre o preço preferencial do ouro estabelecido com o Governo português. O tráfego ferro-portuário foi significativamente reduzido, tanto no volume de mercadorias, como na qualidade de cargas enviadas aos nossos portos.

Só o prejuízo que tivemos directamente derivado da queda de receitas motivada por estas sanções e da política de agressão e desestabilização promovida pela África do Sul, representa mais do que três vezes o valor da dívida externa que estamos a negociar.

As dificuldades que hoje vive o nosso povo têm as suas raízes mais próximas na guerra e bloqueio económico que nos foram movidos desde 1976.

Quando o regime ilegal de Smith deixou de ser o instrumento principal da agressão e desestabilização do nosso País, a África do Sul teve de intervir directamente. Recolheu para esse fim os restos, a escória do exército rodesiano e integrou-os nas suas próprias forças operacionais. Os Selous Scouts, os «auxiliares» do Muzorewa, os bandidos armados, os

mercenários foram enquadrados pelo exército regular sul-africano, como elementos a serem utilizados na sua estratégia de desestabilização regional.

A África do Sul assume então o papel central e directo na guerra não declarada contra toda a região e nomeadamente contra Moçambique.

O objectivo é derrubar os sistemas socialistas e progressistas da região. O objectivo em relação ao nosso País é também o de destruir o nosso Estado popular e revolucionário. O objectivo é destruir a alternativa de civilização que Moçambique representa.

A partir de Janeiro de 1981, a guerra não declarada contra nós assume a sua dimensão mais ampla:

- à subversão política, ao terrorismo e sabotagem, às sanções e bloqueio económico, o Governo sul-africano **acrescenta a agressão directa das suas forças armadas regulares.**

Vinte anos depois do desencadeamento da luta armada, 10 anos depois dos Acordos de Lusaka, 5 anos depois da queda do regime de Smith, assinámos o Acordo de Nkomati.

A política de desestabilização regional não obteve os resultados pretendidos. Os objectivos políticos pelos quais a África do Sul desencadeou esta guerra, não foram atingidos. Em todos os países do Mundo onde foi utilizado o banditismo armado:

- não conseguiu vitórias militares;
- não conseguiu constituir-se como oposição política interna;
- não conseguiu reconhecimento internacional.

Em síntese, o banditismo armado nunca teve sucesso.

O carácter subserviente, traiçoeiro, criminoso e terrorista dos bandidos armados, nunca enganou os povos, pelo contrário, sempre uniu os povos e os galvanizou para a luta.

Ao longo destes anos, a desestabilização teve custos elevadíssimos em vidas humanas e em recursos para a sociedade sul-africana. Os seus efeitos na economia da África do Sul preocuparam seriamente os grandes grupos financeiros.

Em contrapartida, no decurso destes anos:

- consolidaram-se os exércitos de Angola e do Zimbábwe;
- desenvolveu-se a luta armada na Namíbia;
- cresceu a luta popular contra o «apartheid»;
- o Lesotho rompeu o isolamento diplomático;
- a SADCC ganhou prestígio internacional.

O nosso povo soube combater heroicamente os múltiplos assaltos nos planos militar, económico, político e social de que foi vítima. A unidade nacional reforçou-se. A experiência da defesa da Pátria e da Revolução constitui hoje o património comum do Povo moçambicano do Rovuma ao Maputo. Consolidou-se o sentimento patriótico do nosso povo. É hoje mais clara a definição do inimigo. É hoje mais profundo o carácter popular do nosso exército. As Forças Armadas de Moçambique (FPLM) são actualmente mais experientes e fortes do que nunca, constituem um baluarte seguro da defesa da Pátria e da Revolução.

Dissemos que uma guerra se faz para se conseguirem objectivos que não é possível atingir pela via pacífica. O inimigo tinha objectivos claros que, com esta guerra, não foram atingidos. Nós nesta guerra não nos propúnhamos a outros objectivos que não fosse defender a nossa Pátria e a Paz.

Apesar da política agressiva da África do Sul, a República Popular de Moçambique sempre manteve a iniciativa na busca de soluções pacíficas para a nossa região. Participámos construtivamente nas várias propostas para a descolonização da Namíbia e estivémos presentes na Reunião de Genebra em

Janeiro de 1981: Nas relações directas com a África do Sul, sempre estivémos disponíveis para uma solução negociada.

As posições que defendemos no início das conversações com a África do Sul em Dezembro de 1982, prevaleceram no Acordo de Nkomati. O nosso Governo colocou como pressuposto básico do nosso relacionamento com a África do Sul, a necessidade de se estabelecer uma plataforma de entendimento na área de Segurança. Não era possível qualquer acordo sem se apurarem as responsabilidades da desestabilização provocada em Moçambique.

Ao negociar com o Governo moçambicano, a África do Sul reconheceu de facto a inexistência de qualquer oposição política no nosso País.

Ao assinar o Acordo de Nkomati, falhou o projecto principal que era a destruição do nosso Estado. Ao assinarmos o Acordo de Nkomati, nós garantimos a razão por que lutamos: a Paz.

Só com a Paz podemos realizar o nosso objectivo de:

- defender a Pátria;
- vencer o subdesenvolvimento;
- construir o socialismo.

Se é verdade que Nkomati coroou o êxito da nossa política socialista de Paz é certo também que deste combate saímos com feridas profundas.

Só as futuras gerações nos darão a exacta dimensão do traumatismo social que os horrores e o barbarismo dos bandos armados semearam nas famílias moçambicanas. As crianças que foram testemunhas de atrocidades e de repugnantes actos de violência e destruição, crescerão com o pesadelo das suas recordações trágicas.

Homens e mulheres ficaram para sempre mutilados, diminuídos física e psicologicamente. Eles serão a evidência constante da crueldade desta guerra que nos foi movida.

O nosso povo viu-se espoliado dos seus bens,

as suas casas foram destruídas, os celeiros saqueados, as culturas pilhadas e arrasadas, o gado morto e roubado, os instrumentos de trabalho destruídos e queimados.

As aldeias comunais e as cooperativas, as escolas e postos sanitários, os poços e represas que o povo construiu com tanto esforço e sacrifício foram alvos da sanha criminosa do inimigo.

A acção sistemática de destruição das infra-estruturas económicas, de pontes e estradas, de lojas e armazéns, de serrações, de plantações, de maquinaria agrícola e industrial, de linhas de transporte de energia, de tanques de combustível, de camiões e machimbombos, de locomotivas e carruagens, impossibilitou a realização de projectos de desenvolvimento económico de extrema importância para o bem-estar do Povo moçambicano.

Foram paralisadas ou destruídas 840 escolas que afectaram mais de 150 mil crianças. Foram saqueados ou destruídos 12 centros de saúde, 24 maternidades, 174 postos de saúde, dois centros de diminuídos físicos. Foram destruídas 900 lojas, dificultando a comercialização e o abastecimento de cerca de quatro milhões e meio de cidadãos.

Os bandidos assassinaram e raptaram camponeses e cooperativistas, deputados e militantes do Partido, professores e estudantes, enfermeiros e doentes, motoristas, ferroviários, trabalhadores da agricultura, da construção, do comércio, técnicos dos mais variados sectores, irmãs de caridade, sacerdotes, comerciantes privados, jornalistas, funcionários.

Com vista a minar a cooperação internacional os bandidos armados raptaram 52 cooperantes originários do Brasil, Bulgária, Chile, França, Inglaterra, Itália, Portugal, Sri Lanka e União Soviética.

Seis portugueses, quatro soviéticos e dois cidadãos da República Democrática Alemã foram friamente assassinados pelos bandidos armados.

Esta é que é a essência da crueldade do inimigo:

- matar tudo;
- roubar tudo;
- queimar tudo.

Tudo isto constituiu um longo processo de 20 anos da nossa História, em que o Povo moçambicano foi vítima de agressão sistemática e obstinada.

2. O QUE O ACORDO DEFENDE

Durante este período foram escritas pelo nosso povo empolgantes páginas de heroísmo, de tenacidade, de patriotismo de que nos orgulhamos.

Neste processo, em que tivemos de fazer a guerra à guerra para estabelecer a paz, forjaram-se novas gerações de dirigentes revolucionários, quadros, militantes, temperaram-se soldados, sargentos e oficiais combatentes convictos da causa justa que defendem. Neste processo, criámos o Partido marxista-leninista como corolário lógico e dialéctico de uma revolução que triunfou e vai ganhando raízes cada vez mais profundas e mais sólidas.

Neste processo, todo o Povo moçambicano, do Rovuma ao Maputo, aprendeu a ter orgulho na sua identidade e personalidade nacionais, aprendeu a amar a Pátria, a paz e o socialismo.

Neste processo, proclamámos o Estado Moçambicano, assumimos a dimensão nova das responsabilidades que temos como dirigentes estatais, como Estado Moçambicano independente e soberano.

Sobre o Estado Moçambicano recai a responsabilidade de defender intransigentemente cada centímetro quadrado do nosso País. Recai a responsabilidade de velar pelos direitos e obrigações de todos os cidadãos moçambicanos, residentes no País ou no estrangeiro, independentemente da sua militância no Partido, da crença religiosa, da cor da sua pele, da tribo, da região.

O Acordo de Nkomati constitui um dos momentos mais altos de afirmação da nossa soberania

como Estado independente, um acto de Estado que ficará registado como um momento ímpar e dignificante da nossa História.

Ao assinarmos o Acordo de Nkomati reafirmámos o nosso princípio da política de paz, segundo o qual o nosso Estado não agride outros Estados, que não vai servir de base de agressão contra a República da África do Sul, e que não permitiremos igualmente que o nosso território possa ser utilizado por um terceiro país como base de agressão.

Ao consagrar que a África do Sul também se compromete a aplicar os mesmos princípios de Não-Agressão e Boa Vizinhança, o Acordo institui as bases para afastarmos das nossas fronteiras o espectro da guerra e da confrontação e cria os alicerces para que Moçambique e a África do Sul possam viver num clima de boa vizinhança.

A política de boa vizinhança rege-se pelo princípio de não ingerência e pelo respeito recíproco pela soberania e integridade territorial de cada Estado.

Este Acordo abre uma nova era para que o nosso povo trabalhador possa dedicar-se com mais afinco ao desenvolvimento do nosso País, desenvolvimento que foi afectado gravemente pelas guerras sucessivas que fomos obrigados a suportar.

Este Acordo abre agora perspectivas favoráveis para o desenvolvimento da cooperação com todos os países, para cooperação multilateral com benefícios recíprocos com entidades económicas e financeiras.

Este Acordo, abre perspectivas para que, finalmente, as nossas crianças não cresçam traumatizadas pelo espectro permanente da guerra, não cresçam na violência e no barbarismo. Queremos que as nossas crianças cresçam livres e felizes, emocionalmente equilibradas, no amor à paz, cuja bandeira terão responsabilidade de defender como homens do amanhã. Queremos que as nossas crianças cres-

çam para pedir brinquedos que llbertem a sua imaginação e engenho, que estimulem a beleza e o amor, que despertem o gosto pelo estudo e pelo conhecimento científico, em vez de brinquedos que simbolizam a violência e a morte.

O Acordo é um instrumento de paz e tranquilidade do nosso povo.

- Com este Acordo garantimos a defesa de 800 mil km² do nosso território, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Oceano Índico. Defendemos um território cuja vastidão se compara aos países do Pacto de Varsóvia com excepção da União Soviética, se compara à soma dos territórios da Bulgária, Roménia, RDA, Polónia, Checoslováquia e Hungria.

É este território que nós estamos a defender.

- Defendemos um território com uma superfície sensivelmente igual à soma dos territórios da Suíça, Áustria, Bélgica, Holanda, Grécia, Portugal e Espanha; igual duas vezes e meia à Itália e uma vez e meia à França; cerca de 4 vezes maior que a República Federal da Alemanha.

Com este Acordo defendemos o espaço aéreo de um território que para viajar de Maputo a Pemba, se percorre uma distância equivalente à que vai:

- de Berlim a Atenas;
- de Moscovo a Sófia;
- de Londres a Lisboa;
- de Praga a Trípoli;
- de Berlim a Madrid;
- de Bucareste a Bagdad;
- de Sófia a Frankfort.

Este Acordo defende: os 13 milhões e 220 mil moçambicanos do Rovuma ao Maputo.

Defende os operários e camponeses, todos os trabalhadores do nosso País.

Este Acordo defende a inviolabilidade dos 4330 km de fronteira terrestre que temos com a África do Sul, Suazilândia, Zimbabwe, Zâmbia, Malawi e Tanzania.

- Defende a inviolabilidade dos 2630 km da nossa costa marítima.

O Acordo de Nkomati defende o primeiro Estado de operários e camponeses da região, que constrói o socialismo científico, na base dos princípios universais do marxismo-leninismo. Defende o primeiro Estado que na região trouxe profundas transformações económicas e sociais, que trouxe uma concepção científica do mundo e da vida, que trouxe a liberdade a todas as crenças, que trouxe a democracia de tipo novo, que proclamou os direitos da criança, os únicos privilegiados do nosso País, que trouxe novas relações de igualdade entre os homens independentemente da tribo, da região, da raça e da cor da pele.

3. SIGNIFICADO ESTRATÉGICO E REVOLUCIONÁRIO DO ACORDO

Mas o Acordo de Nkomati não se reflecte apenas na conjuntura política nacional ou da nossa zona.

Ele tem um significado estratégico mais amplo. O Acordo insere-se no movimento geral dos países ribeirinhos para transformar o Oceano Indico numa zona livre de bases militares e de armas nucleares, para fazer do Canal de Moçambique uma estrada de paz, de fraternidade, de solidariedade, de progresso e de cooperação entre os povos.

Nkomati é a evidência de que é possível solucionar conflitos difíceis por via de negociações, sem necessariamente recorrer-se ao uso da força, da chantagem e da confrontação. As diferenças entre

os Estados, mesmo quando a sua natureza é antagónica, não excluem automaticamente a possibilidade da coexistência pacífica.

O acto político que ocorreu no passado dia 16 de Março exprime o desejo de todos os povos pelo fortalecimento da paz e segurança mundial e por um mundo livre do perigo bélico.

O Acordo é parte do movimento pela contenção da corrida armamentista e pelo desanuviamento. Ele é um passo no sentido de afastar o perigo de os conflitos locais se transformarem em confrontações à escala mundial.

O sucesso conseguido em Nkomati não tem uma mera dimensão táctica. Ele inscreve-se na estratégia dos países que constroem o socialismo, na medida em que a **Paz é essência própria do socialismo.**

O Acordo defende a Revolução, defende a causa do socialismo, defende as mais profundas e legítimas aspirações dos povos. Ele é um acto solidário para com todas as iniciativas que, com o mesmo objectivo da Paz, têm lugar hoje no Mundo. Ele é uma demonstração concreta do nosso apoio, já reafirmado, a propostas como a dos Estados membros do Tratado de Varsóvia, à proposta do Governo da Suécia para a criação de uma zona desmilitarizada na Europa e à imediata resposta da RDA, à proposta do Grupo Contadora para uma solução não beligerante dos problemas que afectam a América Central, à proposta da República Popular e Democrática da Coreia sobre conversações tripartidas para a reunificação nacional, à proposta da ONU para a descolonização na Namíbia, às propostas da OUA para pôr termo aos conflitos no Chade e Sahara Ocidental, à proposta para a criação de um Estado palestino livre e independente.

O Acordo que assinámos nas margens do rio Nkomati é um passo importante para o nosso progresso económico e social.

O Acordo, ao criar as condições para a Paz, cria condições objectivas para que o Povo moçambicano possa dedicar o seu esforço principal, o seu trabalho, à resolução dos seus problemas mais prementes.

Sem o espectro da guerra e da confrontação poderemos utilizar a maior parte dos poucos recursos de que dispomos no combate à fome, à nudez, à ignorância, à doença.

Poderemos em paz comprar:

- mais tractores para produzir comida e menos tanques de guerra;
- mais buldozeres e escavadoras para construir estradas, pontes, barragens e regadios e menos carros de assalto;
- mais máquinas e ferramentas para as nossas oficinas e menos canhões;
- mais charruas, enxadas, catanas para aumentarmos a produção e menos espingardas;
- mais sementes e fertilizantes para termos mais arroz, mais milho, mais hortícolas, mais comida e menos balas.

Dinheiro que agora somos obrigados a gastar em explosivos, minas, roquetes, mísseis, poderemos, com a Paz, utilizar para edificarmos escolas, hospitais, maternidades, lojas, armazéns.

Dinheiro que agora somos obrigados a gastar em quartéis, tendas, transportes militares, poderemos, com a Paz, utilizar na construção de bairros residenciais, fábricas têxteis, de calçado, de confecções, na compra de camiões, locomotivas, machimbombos.

Dinheiro que agora somos obrigados a gastar em fardas e botas militares poderemos, com a Paz, utilizar na compra de vestuário, sapatos, sapatilhas, fardamento escolar, livros, cadernos, brinquedos.

Os técnicos que hoje treinamos para operarem com eficiência instrumentos de morte e destruição podem, com a Paz, operar com igual eficiência ins-

trumentos que trarão uma vida mais feliz e a reconstrução da economia nacional.

4. OS QUE ESTÃO CONTRA O ACORDO

Abrem-se, pois, perspectivas novas para o nosso País. Rasgam-se horizontes novos para o nosso povo que viu frustrado, durante longos anos, o seu esforço de desenvolvimento.

Será necessário maior vigilância e convicção, cada vez mais forte na justeza da nossa luta.

Como a nossa própria História ensina, erguer-se-ão vozes que sob diversos pretextos vão querer minar aquilo que tanto custou a erguer.

Surgirão os oportunistas de direita que, desvirtuando o significado patriótico do Acordo, procurarão no processo da sua implementação, dar-lhe um conteúdo derrotista que põe em perigo as conquistas populares e a independência da Pátria.

Surgirão os oportunistas de esquerda, dentro e fora do País, que utilizando concepções aventureiristas e argumentos pseudo-revolucionários, procurarão dividir as forças progressistas e revolucionárias e lançar a confusão e a intriga.

Surgirão contrabandistas de armas, mercenários, gente sem escrúpulos que vive do comércio hediondo da morte, aqueles que vendo perder-se um mercado de armas, lançam calúnias e intrigas contra o Acordo de Nkomati.

Associar-se-ão a estas vozes, os militaristas, os promotores da política de força e confrontação, aqueles que pretendem incluir o nosso País e a nossa região na zona de influência daquilo a que chamam «os seus interesses vitais».

Erguer-se-ão contra o Acordo, aqueles que nunca perdoarão ao nosso povo por ter instalado, nesta região de África, mais uma zona libertada da humanidade.

Contra o Acordo de Nkomati actuarão, tal como no passado, aqueles que sempre tiveram como

objectivo destruir a FRELIMO, destruir a nossa independência e soberania, destruir Moçambique, País africano, Não-Alinhado e socialista; para impor ao nosso povo fantoches submissos aos seus desígnios de dominação.

Neste processo complexo e delicado da consolidação da paz, emergirão forças que vão querer reavivar o clima de guerra-fria, fomentando a desconfiança. Emergirão teóricos, que com argumentos demagógicos e falaciosos, quererão pôr em causa o princípio da coexistência pacífica entre Estados de regimes sociais diferentes, princípio consagrado universalmente pela Comunidade Internacional.

Este princípio e outros, que garantem a segurança entre Nações, são conquistas da Humanidade e é por isso que nos orgulhamos. Ao implementarmos essas conquistas numa zona de tensão e de conflito local como a África Austral, estamos a dar uma contribuição decisiva para a paz mundial.

A nossa independência criou o primeiro Estado marxista-leninista da região. E este facto permitiu, pela primeira vez na história da África Austral, a presença dos países da Comunidade Socialista, permitiu o conhecimento pelos nossos povos das suas experiências revolucionárias e do seu exemplo na edificação do socialismo, da sua solidariedade, da sua luta pela Paz.

5. TAREFAS PARA APLICAR O ACORDO DE NKOMATI

Caros Camaradas,
Compatriotas,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Aproxima-se o termo do longo caminho que percorremos em busca da Paz. É neste momento decisivo de tão difícil jornada que importa estarmos mais do que nunca unidos, determinados e seguros das convicções que nos animam.

Neste processo ficaram nos arquivos da História o colonialismo português, o regime ilegal da Rodésia do Sul, as agressões sul-africanas.

Pela Pátria moçambicana, pela defesa de cada centímetro quadrado do nosso vasto território, cada cidadão está hoje pronto a aceitar sacrifícios e a dar a própria vida. Todos os dias, em todas as frentes, o nosso povo dá inequívocas provas do seu heroísmo, da sua dedicação à causa patriótica e revolucionária.

É nestes exemplos de abnegação que devemos colher o ensinamento, buscar a inspiração e o estímulo, para o esforço definitivo que temos de fazer para levar o nosso combate até à vitória final.

Temos de intensificar a nossa vigilância revolucionária em todos os locais e em todas as frentes. O bandido, perdeu a fonte que o alimentava e foi abandonado à sua sorte. Aqueles que recusam a nossa política de clemência, aqueles que persistem na traição, no crime, no assassinato e na destruição, aqueles que procuram camuflar-se misturando-se com as populações, constituem o obstáculo derradeiro à Paz que queremos construir.

É prioritário eliminarmos este obstáculo.

Todo o povo, unido e organizado pela FRELIMO, e em íntima colaboração com as Forças Armadas de Moçambique (FPLM), Forças Policiais e de Segurança, deve continuar a participar na pronta detecção e eliminação destes criminosos sem pátria.

Mas não nos podemos concentrar apenas na neutralização do inimigo físico. É imperativo que o nosso povo liberte toda a sua iniciativa criadora, todo o seu talento e capacidade na frente da produção.

No campo e na cidade, na agricultura e na indústria, na educação e na saúde, nos transportes e na construção, nas minas e nas pescas, em todas as frentes, temos de saber aproveitar ao máximo as infra-estruturas existentes, as matérias-primas disponíveis e os recursos locais. Contando principalmente

com as nossas próprias forças podemos agora engajar-nos, mais profundamente, no cumprimento das teses e tarefas do 4.º Congresso do Partido Frelimo.

Temos de reanimar o espírito da campanha da Ofensiva Política e Organizacional. É imperativo que retomemos a luta implacável e sistemática contra a incompetência e o desleixo. Em cada trincheira da batalha da produção, nos sectores sociais, nas empresas e no funcionalismo, na frente da legalidade, devemos combater a preguiça, a negligência, o relaxamento, a apatia, a inércia, a arrogância e prepotência.

Na nova fase de luta que agora se abre, constituem violações graves a falta de pontualidade e assiduidade, a violação da disciplina, o desprezo pela organização, o desrespeito pelos métodos democráticos do trabalho e pelo cumprimento das leis do nosso Estado Popular.

O amor e dignificação do trabalho são indispensáveis para a nossa vitória sobre a fome, a nudez, a miséria, o subdesenvolvimento.

É preciso lutar com firmeza contra a candonga, a especulação e o açambarcamento. É preciso lutar com vigor contra os parasitas que difundem a ideia de que o Acordo vai trazer-nos a comida que não produzimos. Todos os parasitas, todos os vadios, todos os marginais são inimigos da Paz, do progresso, são inimigos do bem-estar do povo.

As Forças Armadas de Moçambique saem mais fortes, mais temperadas, mais organizadas, da guerra não declarada que tem sido movida contra a nossa independência e a nossa revolução. Importa, agora, intensificar a sua reorganização e estruturação, elevar ainda mais a sua capacidade combativa, aprofundar a sua ligação íntima com as massas. Assim, reforçaremos a capacidade defensiva do nosso País e prepararemos as Forças Armadas para, em tempo de Paz, cumprirem as suas responsabilidades na defesa da Pátria socialista, na batalha contra o subdesenvolvimento, na defesa da Paz e da soberania

nacional. Por isso, devemos intensificar o nosso trabalho para a edificação de umas Forças Armadas regulares, modernas e poderosas, combativas e organizadas, apoiadas no povo. Poderemos agora realizar integralmente as tarefas definidas em 1977 pelo 3.º Congresso.

No decurso da guerra não declarada que tem sido movida contra o nosso País ficámos mais claros sobre a natureza do inimigo. Todo o nosso povo está hoje consciente de que o inimigo não tem cor, não tem tribo, não tem raça, não tem região, não tem pátria. O Povo moçambicano aprendeu da própria experiência que o inimigo é sempre pérfido e criminoso. O inimigo não tem ética, não tem escrúpulos, não hesita em assassinar os próprios pais, os irmãos e familiares.

O nosso povo tem hoje, mais profundo, o sentido de classe sobre o inimigo.

O nosso povo tem hoje, mais profundo, o sentido do patriotismo.

No fogo da luta quotidiana, reforçámos a Unidade Nacional, reforçámos a nossa Pátria, esta Pátria da FRELIMO. Hoje, do Rovuma ao Maputo, somos todos FRELIMO.

A Pátria hoje exige uma renovada determinação, maior engajamento, mais trabalho.

Esta Pátria que tanto amamos foi sempre fruto da abnegação e generosidade da nossa juventude.

Ela foi a conquista dos jovens do 25 de Setembro de 1964. Movidos pelos nobres ideais da igualdade, justiça, democracia e independência, sem nada exigir, com devoção total à causa do povo. Esses jovens moçambicanos, marcharam ao sol escaldante, sob o frio e intempéries, travaram combates quando por vezes não tinham comido, engajaram-se ao lado do povo, na produção, para alimentar o combate libertador, organizaram a saúde, a educação, a administração, as cooperativas, os infantários, os centros de mutilados de guerra, organizaram o comércio nas zonas libertadas. Essa

juventude fez da bandeira da FRELIMO a razão de ser da sua vida e luta, fez da bandeira da FRELIMO o símbolo, para todo o povo, da libertação da Pátria moçambicana.

Vemos a continuação da juventude do 25 de Setembro, a garantia da vitória da Revolução, na juventude que se bateu pela defesa da nossa soberania contra as agressões rodesianas, que fez fracassar a política de desestabilização sul-africana, que, fazendo da floresta o seu teatro de operações, continua hoje determinada na eliminação definitiva dos bandos armados.

É porque todos os moçambicanos sentem na juventude a certeza de um amanhã vitorioso, que hoje encontramos inspiração e coragem para fazermos frente às tarefas que temos de realizar, para construirmos a sociedade socialista no nosso País.

É com esta convicção, que em cada ponto do nosso País, unidos no amor à nossa Pátria, confiantes no mesmo futuro de Paz e prosperidade, vemos as nossas mães, esposas, irmãs, filhas e companheiras, os nossos velhos e crianças, camponeses e operários, cooperativistas, professores, enfermeiros, funcionários, quadros, todos os patriotas moçambicanos determinados a continuar a luta sob a bandeira do Partido Frelimo. Hoje, essa luta exige a liquidação total e completa dos bandidos armados, o engajamento criativo e laborioso na frente de produção, na defesa intransigente da Paz.

Hoje, essa luta exige que em todas as frentes, política, militar, económica, social e cultural, o Povo moçambicano, sob a direcção do Partido Frelimo, defenda com firmeza os valores da nossa revolução socialista.

Hoje, essa luta exige que todos os revolucionários, as forças progressistas e democráticas em todo o Mundo, se engajem na defesa da Paz conquistada e da Revolução moçambicana, que é património hoje da Humanidade.

O Povo moçambicano é o sujeito e o construtor de cada uma das nossas vitórias.

E é por isso que assumo este acto solene da Comissão Permanente da Assembleia Popular como homenagem justa e devida a todo o nosso povo, garante da nossa independência, obreiro da Paz e defensor da Revolução Socialista.

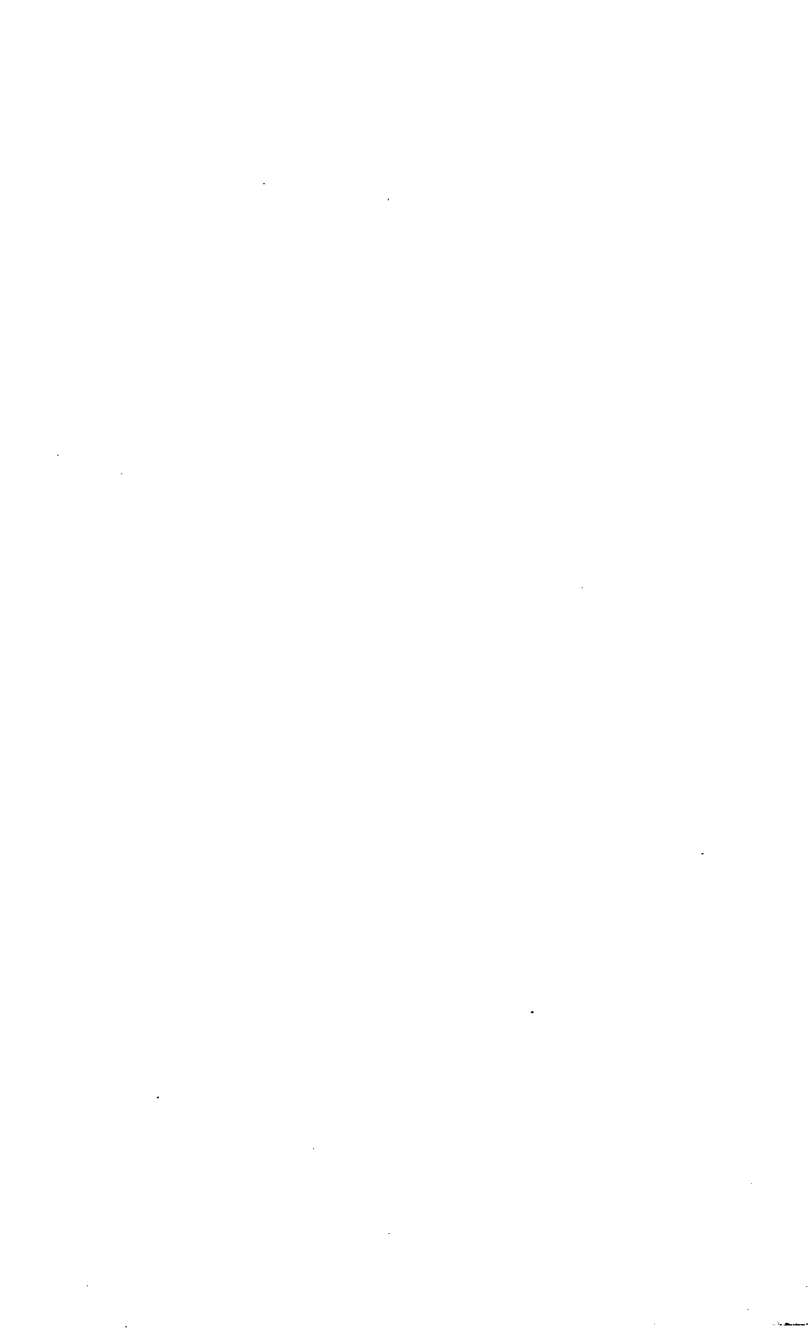
E para terminar, prestemos a mais profunda e mais comovida homenagem a todos aqueles que tombaram desde a guerra de Libertação Nacional, às agressões rodesianas e à guerra não declarada. Vivemos hoje porque há aqueles que perderam as suas vidas. Nós seremos os seus fiéis continuadores.

A LUTA CONTINUA!

Muito obrigado.



**DEFENDER A PÁTRIA
VENCER O SUBDESENVOLVIMENTO
CONSTRUIR O SOCIALISMO**



Tiragem: 15 000 exemplares
Registado no INLD sob o N.º 0495/INLD/84
Composto e Impresso na Tip. «Notícias»
MAPUTO
República Popular de Moçambique
Abril de 1984





**DEFENDER A PÁTRIA
VENCER O SUBDESENVOLVIMENTO
CONSTRUIR O SOCIALISMO**